

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE (O recurso foi repassado para decisão da Autoridade Competente).

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRONICO Nº 174/2022

Processo Licitatório nº: 15.859/2022

Processo de Recurso nº: 27.220/2022

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 174/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada para os Serviços de Suporte de Atendimento Médico em eventos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade e da Secretaria Municipal de Cultura, pelo período de 12 (doze) meses.

RECORRENTE: PROVER PRODUTOS E SERVICOS

RECORRIDO: PREGOEIRO

Trata-se de RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa, PROVER PRODUTOS E SERVICOS, por meio de seu representante legal, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto nº 1024/2019, subsidiados pela Lei nº 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pelo PREGOEIRO da Comissão de Pregão II, no Edital Pregão Eletrônico nº 174/2022.

Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

II. DOS FATOS

Conforme dados disponibilizados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Licitação nº 174/2022 e documentos acostados ao processo, verifica-se que:

Às 10:00 horas do dia 11 de outubro de 2022, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 017 de 06/01/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 15859/2022, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00174/2022. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Contratação de empresa especializada para os serviços de Suporte de Atendimento Médico em eventos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade e da Secretaria Municipal de Cultura.. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Às 11:17:29 do dia 11/10/2022 foi aberto o prazo para que qualquer licitante manifestasse, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, conforme consta no item 21.1 do Edital nº 174/2022;

Foi registrada uma intenção de recurso, a qual foi aceita pelo pregoeiro, que solicitou a apresentação de motivos, fundamentação e provas para as alegações apresentadas;

A empresa PROVER PRODUTOS E SERVICOS, apresentou o recurso para o Grupo 1 em 17/10/2022.

Em 19/10/2022, a licitante MJ WERMELINGER FERRAZ ME apresentou Contrarrazões, para o mesmo Grupo;

III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Alega a RECORRENTE, em síntese, que:

a) A recorrente sucintamente alega, que "...A empresa vencedora transgrediu todas as normas editalícias e da lei de licitação..."

b) Afirma que, "... Transgrediu o item 18 .4 edital quanto certidão de dívida ativa do município..." sob a alegação que, "...a mesma não apresentou a certidão de dívida ativa do município , que é dada em separado pelo PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO..." aduz que a "...certidão municipal (que foi apresentada) alegando que não há débitos , bem como não há inscrição em dívida ativa , não é válida , pois se faz necessário a apresentação certidão da PROCURADORIA do município , informando se há ou não ação judicializada..."

c) Afirma que, "... Transgrediu o item 19.2 edital quanto comprovação de boa saúde financeira da empresa..." sob a alegação que, "...nos índices declarados de liquides este número virou ATIVO CIRCULANTE , ou seja patrimônio atingindo assim número positivos porem com dados errados..." aduz que a "...a empresa não tem boa situação financeira como seu balanço mesmo corrobora bem como seus índices estão fora da realidade..."

d) Afirma que, "... Transgrediu o item 20.1 edital..." sob a alegação que, "...a empresa vencedora , apresentou tão somente um atestado de serviço médico e com prazo de execução de PASMEN 4 dias e dado pela PROPRIA secretaria que FAZ A LICITAÇÃO fato este não proibido porem MUITO ESTRANHO..." aduz que a "...o atestado apresentado não condiz com serviço solicitado , que é administração de ambulatório (posto médico) , o mesmo TAO SOMENTE se refere a uma parte do serviço ,e não atingiu nem 4% do quantitativo do SERVIÇO LICITADO..." , pontua que, "a empresa não comprova capacidade de administração de posto médico nem experiencia do mesmo , ou seja não comprava capacidade nem qualificação técnica de gerir equipes e quantitativo pessoal da era de saúde Apenas

prova que trabalhou para secretaria licitante APENAS POR 4 DIAS...", destaca que, "que em licitação de serviços no mínimo é exigido 1 ano de comprovação na área do serviço licitado.

Claro que há sempre bom senso, mas de um ano para 4 dias e um único atestado apresentado e ainda emitido pela própria secretaria licitante é no mínimo CURIOSO, para não falar estranho e patético..."

e) Afirma que, "... Transgrediu o item 20.4 edital quanto rt medico..." sob a alegação que, "...Não apresentou certidão do RT medico, ou seja o registro do seu ART apenas apresentou certidão de um médico no CRM e a certidão da empresa no CRM, exite o ART que não foi apresentado....".

IV. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE

Requer a RECORRENTE:

a) "...Baseado no art. 18.8.3 que a empresa seja desclassificada imediatamente por não cumprir normas editalícias e da lei de licitação e caso não seja os referidos informes serão encaminhados para as autoridades competentes para investigação do caso..."

V. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES

Em sede de contrarrazões a empresa recorrida MJ WERMELINGER FERRAZ ME, alega que "...a recorrida apresentou devidamente a certidão do seu município sede, qual seja, a cidade de CARMO-RJ que, por sua vez, dispõe de uma certidão universal, nos termos da legislação, municipal..."

Prossegue alegando que, "... Foi apresentado, em tempo e modo, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa...", aduz que, "...Conforme documentação contábil, de forma cristalina, o ativo circulante era de R\$ 759.660,88 (setecentos e cinquenta e nove mil seiscentos e sessenta reais e oitenta e oito centavos) que, se dividido sobre o passivo circulante alcança o índice de 1,25, conforme índice e balanço anexo aos documentos de habilitação...."

Afirma que, "...o Atestado apresentado cumpre com todas as obrigações legais e de Edital, não havendo qualquer motivo que impeça à recorrida/vencedora de contratar com a administração pública...."

Prossegue afirmando quando ao subitem 20.4 Registro da empresa e de seus responsáveis técnicos no Conselho Regional ou Federal que, "...anexo aos documentos de habilitação, encontra-se a referida certidão apresentada pela vencedora que, por sua vez, traz em seu texto expressamente que o referido apenas é emitido quando a solicitante apresentar estar regular, inclusive com a respectiva ART..." conclui que, "...Como se percebe, a própria certidão do CREMERJ já cita as Lei 6.839 de 30/10/1980 e Resoluções CFM nº 997 de 23/05/1980 e 1.980/2021 que expressamente dispõem que a emissão dessa certidão está submetida à responsabilidade técnica do médico perante a empresa..."

Requer a recorrida que "...seja a presente contrarrazão seja recebida e na totalidade atendida a pretensão da defesa para que o recurso instruído seja indeferido, em razão de toda a regularidade dos atos praticados, procedendo com a adjudicação do objeto para a MJ WERMELINGER FERRAZ ME com a devida homologação..."

"...Seja aberto processo administrativo sancionador para apurar conduta da recorrente que, expressamente, em recurso, imputou aos agentes públicos responsáveis pelo presente certame conduta criminosa ao supostamente favorecer um particular em procedimento licitatório..."

VI. DA ANÁLISE

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto 10.024/2019:

"Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos."

Dito isso, passa-se a análise do mérito do recurso interposto pela empresa PROVER PRODUTOS E SERVICOS,

Quanto a alegação que: "... Transgrediu o item 18 .4 edital quanto certidão de dívida ativa do município..." sob a alegação que, "...a mesma não apresentou a certidão de dívida ativa do município, que é dada em separado pelo PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO..."

O edital do pregão eletrônico nº 174/2022, em seu subitem 18.4 dispõe que as empresas deverão apresentar "Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;"

Conforme pode ser verificado na documentação de Habilitação da empresa MJ WERMELINGER FERRAZ ME, junto ao sistema Comprasnet bem como nos autos do processo administrativo licitatório autuado sob o número 15.859/2022, a empresa recorrida enviou Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Municipal, emitida pela Prefeitura Municipal de Carmo, sede de sua empresa, onde consta no texto da própria certidão o seguinte, "... revendo os arquivos do Setor Tributário desta Prefeitura verifiquei não constar débitos e inscrições em dívida ativa com relação aos impostos e taxas devidos a esta municipalidade em nome de M J WERMELINGER FERRAZ..." [grifo nosso]. Cumprindo a Certidão Negativa de Débitos apresentada, integralmente a exigência de Habilitação Fiscal disposta no subitem 18.4 do instrumento convocatório.

Quanto a alegação que: "...Transgrediu o item 19.2 edital quanto comprovação de boa saúde financeira da empresa..." sob a alegação que, "...nos índices declarados de líquidos este número virou ATIVO CIRCULANTE, ou seja patrimônio atingindo assim número positivos porem com dados errados..."

Conforme pode ser verificado na documentação de Habilitação da empresa MJ WERMELINGER FERRAZ ME, junto ao sistema Comprasnet, bem como nos autos do processo administrativo licitatório autuado sob o número 15.859/2022, a empresa recorrida enviou Balanço Patrimonial, referente ao exercício financeiro de 2021, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, onde pode ser verificado de forma inequívoca o valor do "ativo circulante", no montante de R\$ 759.660,88. A empresa apresentou ainda índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), conforme documento calculado e assinado pelo contador Pedro Felipe Muller Ecard CRC RJ - 128383/o-8, e pela Sra. Maria José Wermelinger Ferraz, Sócia Administradora da empresa recorrida.

Quanto a alegação que: "...Transgrediu o item 20.1 edital..." sob a alegação que, "...a empresa vencedora, apresentou tão somente um atestado de serviço médico e com prazo de execução de PASMEN 4 dias e dado pela PRÓPRIA secretaria que FAZ A LICITAÇÃO fato este não proibido porem MUITO ESTRANHO..." aduz que a "...o atestado apresentado não condiz com serviço solicitado, que é administração de ambulatório (posto médico), o mesmo TAO SOMENTE se refere a uma parte do serviço, e não atingiu nem 4% do quantitativo do SERVIÇO LICITADO...", pontua que, "a empresa não comprova capacidade de administração de posto médico nem experiência do mesmo, ou seja não comprava capacidade nem qualificação técnica de gerir equipes e quantitativo pessoal da era de saúde Apenas prova que trabalhou para secretaria licitante APENAS POR 4 DIAS...", destaca que, "que em licitação de serviços no mínimo é exigido 1 ano de comprovação na área do serviço licitado.

Claro que há sempre bom senso, mas de um ano para 4 dias e um único atestado apresentado e ainda emitido pela própria secretaria licitante é no mínimo CURIOSO, para não falar estranho e patético..."

Conforme pode ser verificado na documentação de Habilitação da empresa MJ WERMELINGER FERRAZ ME, junto ao sistema Comprasnet, bem como nos autos do processo administrativo licitatório autuado sob o número 15.859/2022, a empresa recorrida, requereu o Atestado de Capacidade Técnica apresentado para sua habilitação no pregão 174/2022, junto a Secretaria Municipal de Turismo do Município de Nova Friburgo, através de processo administrativo autuado sob o número 25.996/2022, o qual julgo atender na íntegra o requisito de qualificação técnica disposto no subitem 20.1 do edital.

Quanto às demais alegações, "... Transgrediu o item 20.4 edital quanto rt medico..." sob a alegação que, "...Não apresentou certidão do RT medico, ou seja o registro do seu ART apenas apresentou certidão de um médico no CRM e a certidão da empresa no CRM, existe o ART que não foi apresentado..."

O edital do Pregão eletrônico em seu subitem 20.4 dispõe que para comprovação de Qualificação-Técnica as empresas participantes deverão apresentar "Registro da empresa e de seus responsáveis técnicos no Conselho Regional ou Federal."

Conforme pode ser verificado na documentação de Habilitação da empresa MJ WERMELINGER FERRAZ ME, junto ao sistema Comprasnet, bem como nos autos do processo administrativo licitatório autuado sob o número 15.859/2022, a empresa recorrida, apresentou registro de seus responsáveis técnicos Marcelo Moraes Farias e Vanessa Wermelinger Ferraz, junto aos respectivos Conselhos Regionais COREN-RJ e CREMERJ, bem como Certidão de Responsabilidade Técnica em nome da empresa junto ao COREN-RJ e Certificado de Regularidade, também em nome da empresa, junto ao CREMERJ, atendendo de forma integral ao requisito de habilitação técnica disposto no edital.

VII. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sem nada mais evocar, CONHEÇO do Recurso Administrativo interposto pela empresa PROVER PRODUTOS E SERVICOS no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 174/2022, e no mérito, NEGOU PROVIMENTO, mantendo o julgamento anteriormente proferido, permanecendo habilitada a empresa MJ WERMELINGER FERRAZ ME no pregão em comento.

Diante do não provimento do recurso interposto, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, nº 174/2022. Solicito ainda que seja verificada a conveniência e oportunidade quanto a solicitação da recorrida de que seja instaurado processo administrativo no intuito de apurar suposta infração/fraude, e eventual aplicação das sanções administrativas previstas em lei pela empresa recorrente.

Informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 24 de outubro de 2022.

JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matrícula: 206.870

Voltar